



Genécio Magalhães/Agência Senado



Acompanhado de cão-guia, assessor acompanha debate sobre acessibilidade na CDH

Comissão discute dificuldades enfrentadas pelo deficiente para usar transporte público

As críticas à dificuldade de acesso do deficiente ao transporte público coletivo marcaram a audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos

(CDH). Representantes do governo apresentaram ações que visam melhorar a acessibilidade. Na quinta, a CDH debate situação dos índios guaranis-caiúas. **2**

Resultado das eleições divide opinião de senadores

Enquanto uns comemoraram em Plenário as vitórias de seus candidatos, outros lembraram os altos índices de abstenção e a necessidade de o Congresso se dedicar à análise da reforma política

Cinco senadores usaram a tribuna ontem para comentar os resultados das eleições municipais, depois do segundo turno, realizado no domingo. De um lado, Anibal Diniz, do PT, e Rodrigo Rollemberg, do PSB, representantes da base do governo, comemoraram as vitórias obtidas por seus partidos. Do outro, senadores do PSDB enfatizaram que as urnas não trouxeram apenas boas

notícias para os governistas. Aloysio Nunes disse que há insatisfação dos aliados ao governo com a “visão hegemônica” do PT. Alvaro Dias identificou desencanto dos eleitores com todos os partidos, em função dos índices de abstenção e de votos nulos e brancos. Para Ana Amélia, do PP, chegou a hora de o Congresso analisar a reforma política, debatendo questões como financiamento de campanhas. **3**

Ministras Marta Suplicy e Miriam Belchior participam de debates no Congresso **2**

Cidadão poderá enviar perguntas hoje a audiência sobre planos privados de saúde **2**

especial
Cidadania

Dia do Servidor Público registra mudanças e expectativas

O fim da aposentadoria integral para quem ingressar no serviço público federal a partir de fevereiro e a divulgação nominal dos salários são algumas novidades para os servidores, que agora aguardam decisões sobre outras propostas que os atingem, como regulamentação do direito de greve e cotas raciais em concursos. **4**

Funcionários da Prefeitura de São Paulo atendem microempreendedores: Dia do Servidor Público foi comemorado no último domingo



Prefeitura de São Paulo



Ferreira (D), da Secretaria de Direitos Humanos, diz na CDH, presidida por Paim (C), que a acessibilidade é benéfica para todos

Debate aponta avanços e falhas na acessibilidade

Reunidos em audiência pública, representantes do governo e da sociedade civil discutiram ações para melhorar a mobilidade das pessoas com deficiência e dos idosos nos transportes coletivos

CRÍTICAS SOBRE A falta de acessibilidade nos transportes coletivos terrestres e aéreos marcaram a audiência pública realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), presidida por Paulo Paim (PT-RS). Representantes do governo também apresentaram ações que visam melhorar a acessibilidade no país.

O mestre em Políticas Públicas e Formas Alternativas de Energia Carlos Penna Bresciani deu o exemplo dos ônibus com piso baixo, que, embora mais adequados a portadores de eficiência e idosos, não são utilizados por serem mais caros que os de piso alto.

O secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

(SDH/PR), Antonio José do Nascimento Ferreira, ressaltou que a acessibilidade traz benefícios não apenas para as pessoas com deficiência, mas para todos.

— No dia em que os aeroportos forem confortáveis para as pessoas com deficiência, eles serão confortáveis para todas as pessoas — exemplificou.

Para o secretário, que é deficiente visual, os maiores problemas de acessibilidade nos aeroportos não estão na infraestrutura, mas no serviço.

O superintendente de Gestão Operacional da Infraero, Marçal Rodrigues Goulart, disse que tem buscado parcerias com empresas de desenvolvimento tecnológico e de engenharia para tornar os terminais acessíveis.

Segundo ele, há três projetos em desenvolvimento que

podem ser uma reviravolta na estrutura aeroportuária, como um que leva os passageiros até a porta da aeronave com total acessibilidade.

— A nossa pretensão é que até meados do ano que vem a gente já comece a implantar isso em alguns aeroportos — disse.

Casas adaptáveis

O diretor do Departamento de Políticas de Acessibilidade e Planejamento Urbano do Ministério das Cidades, Yuri Della Giustina, destacou no debate o Programa Minha Casa, Minha Vida, que só constrói casas adaptáveis para as diversas deficiências.

Ele pediu apoio dos parlamentares para uma ação que pretende promover a acessibilidade universal em áreas urbanas e edificações.

Comissão discute soluções para índios de Mato Grosso do Sul

A Comissão de Direitos Humanos promove na quinta-feira debate sobre situação dos índios guaranis-caiuás, ameaçados de expulsão de em Mato Grosso do Sul. A área é disputada há décadas por indígenas e fazendeiros. Em setembro, uma liminar da Justiça suspendeu o processo de efetivação da posse das terras demarcadas em 2009. Cerca de 170 índios que habitam o local se recusam a deixar a região.

Miriam Belchior e Marta falam hoje em audiências públicas

Duas ministras participarão de audiências públicas hoje no Congresso. Marta Suplicy (Cultura) irá às 10h à Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE) para apresentar as políticas e diretrizes de seu ministério. Miriam Belchior (Planejamento) irá às 14h30 à Comissão Mista de Orçamento, no Plenário 2, para discutir a participação da sociedade na elaboração do Orçamento da União.

Cidadão poderá enviar perguntas para debate sobre planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais realiza hoje debate sobre a situação dos planos de saúde privados. O presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Mauricio Ceschin, responderá perguntas de parlamentares e também de cidadãos, por meio do Alô Senado (0800 612211). O debate será transmitido pela TV Senado, Rádio Senado e via internet, em www.senado.leg.br/noticias/tv.

Paim defende direitos iguais para homens e mulheres

A passagem, em 25 de outubro, do Dia Internacional contra a Exploração da Mulher foi lembrada por Paulo Paim (PT-RS). Para o senador, a data, instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), serve à reflexão sobre a condição feminina e a igualdade de direitos.

— Ainda hoje a mulher se mantém discriminada e oprimida na nossa sociedade. Do mesmo modo que acontece com os idosos, os deficientes, as crianças, os negros, os índios, os que lutam pela liberdade religiosa, os que lutam pela liberdade sexual, os analfabetos e outros grupos chamados minoritários. Mas que, na verdade, se somarmos,

são maioria — afirmou.

Paim enfatizou que a discriminação das mulheres no mercado de trabalho continua. O senador apresentou dados do IBGE que mostram, no país, a média de rendimento entre os homens de R\$ 1.857, contra R\$ 1.343 das mulheres.

Relator de projeto que estabelece multa para combater a diferença de remuneração entre homens e mulheres (PLC 130/11), o senador lamentou que a proposta tenha de ser rediscutida depois de aprovada em decisão terminativa na Comissão de Direitos Humanos, que ele preside. Houve recurso para que a proposta seja analisada pelo Plenário.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: Crimes cibernéticos

14h Na pauta da sessão deliberativa, projeto de lei da Câmara (PLC 35/12) que trata de crimes cibernéticos.

PRESIDÊNCIA: Pacto federativo

11h José Sarney recebe o governador de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli e, às 12h, o presidente do TRE do Rio de Janeiro, Luiz Zveiter. Às 15h, recebe relatório parcial da reforma do pacto federativo. Às 16h, preside a ordem do dia.

CAS: Saúde suplementar

9h Audiência pública com a presença de Mauricio Ceschin, presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

CAE: Gratuidade para idosos

10h Consta da pauta projeto que prevê ônibus gratuito para idosos (PLS 224/04).

CE: Ministra da Cultura

10h Marta Suplicy participa de audiência pública sobre as políticas do ministério.

PALESTRA: Dia do Servidor

10h Paulo Vicente Alves, da FGV, fala sobre os desafios da administração pública.

CPI DA MULHER: Requerimentos

11h Reunião administrativa da comissão que investiga situações de violência contra a mulher.

CMA/CDH: Planos de saúde

11h Comissões promovem audiência pública conjunta sobre a qualidade dos serviços prestados pelos planos de saúde no Brasil.

CMO: Ministra do Planejamento

14h/18/20h Comissão examina pedidos de créditos adicionais. Às 14h30, a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, debate o Orçamento para 2013.

PACTO FEDERATIVO: Relatório parcial

15h A comissão de especialistas que analisa propostas para um novo pacto federativo entrega seu relatório parcial ao presidente do Senado, José Sarney.

CPI DO CACHOEIRA: Reunião de líderes

15h Reunião de líderes para decidir sobre o prazo de prorrogação dos trabalhos da comissão. O prazo inicial para encerramento das atividades é 4 de novembro.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

Primeiro-vice-presidente: Anibal Diniz

Segundo-vice-presidente: Waldemir Moka

Primeiro-secretário: Cícero Lucena

Segundo-secretário: João Ribeiro

Terceiro-secretário: João Vicente Claudino

Quarto-secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Senadores avaliam resultados do 2º turno

Os resultados das eleições municipais após o segundo turno foram comentados por cinco senadores ontem em Plenário. Enquanto alguns comemoraram o desempenho de seus partidos, como Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Anibal Diniz (PT-AC), outros

consideraram que é o momento de discutir uma reforma política. Alvaro Dias (PSDB-PR) destacou o enfraquecimento dos partidos que, segundo ele, foram “ignorados” pela população e se descharacterizaram em determinadas alianças, e Ana Amélia (PP-RS) pediu debates so-

bre financiamento público de campanha e o fim da reeleição. Para Alvaro, o julgamento do mensalão no STF influenciou os eleitores, e para Anibal, não. Já Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) destacou vitórias de seu partido em capitais do Norte e do Nordeste: Manaus, Belém e Teresina.



Ana Amélia quer o financiamento público das campanhas eleitorais



PSB governará cinco capitais a partir do ano que vem, ressalta Rollemberg



Para Anibal, julgamento do mensalão não influenciou escolha dos eleitores



Alvaro: faltou debate sobre mensalão e todos os partidos perderam



Aloysio Nunes lamenta que Serra tenha perdido disputa em São Paulo

Agora é o momento de debater reforma política, diz Ana Amélia

Ana Amélia pediu que o Congresso se debruce sobre a reforma política. Passadas as eleições municipais, disse a senadora, este é o momento ideal para discutir temas como o financiamento público de campanha e o fim da reeleição.

Atualmente, prefeitos, governadores e presidentes que concorrem à reeleição não precisam se afastar do cargo. Para a senadora, isso os coloca em situação privilegiada, por contarem com a máquina pública a seu serviço.

A senadora propõe que, caso seja mantida a reeleição, o chefe de Executivo que concorrer a novo mandato se desincompatibilize do cargo no mínimo quatro meses antes das eleições.

Ana Amélia apresentou proposta de emenda à Constituição com essa regra (PEC 48/12). Outra opção seria acabar com a reeleição, ampliando os mandatos para cinco anos.

— Já avançamos muito com a redução dos showmícios, distribuição de brindes, camisetas. Por que não podemos avançar muito mais? — propôs.

Rollemberg comemora desempenho do PSB e crescimento do partido

O partido que mais cresceu no segundo turno e também o que mais elegeu prefeitos de capitais (cinco) nas eleições municipais deste ano foi o PSB, disse Rodrigo Rollemberg.

Para o senador, “isso é resultado da coerência desenvolvida pelo partido, sob a liderança do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e das boas gestões reconhecidas pelo eleitorado das cidades sob o comando do PSB”.

— O partido sempre colocará o interesse do país em primeiro lugar — disse.

Rollemberg lembrou que o PSB disputou o segundo turno em sete cidades, obtendo vitória em seis: Fortaleza, Cuiabá, Porto Velho, Campinas (SP), Duque de Caxias (RJ) e Petrópolis (RJ). O PSB, ressaltou, ampliou em 42% o número de prefeituras que ocupará a partir de janeiro de 2013.

O senador disse que a legenda cresceu em todas as regiões do país. Segundo Rollemberg, um dos principais desafios do partido à frente das prefeituras será retomar o crescimento com inclusão social.

Anibal Diniz destaca vitória do PT em São Paulo e Rio Branco

A vitória dos petistas Fernando Haddad e Marcus Alexandre nas eleições para as Prefeituras de São Paulo e Rio Branco, respectivamente, foi comemorada por Anibal Diniz.

— São candidatos jovens e competentes, que ainda não haviam enfrentado as urnas. A vitória de Haddad no maior colégio eleitoral do país compensou os pequenos entraves sofridos pelo Partido dos Trabalhadores no plano nacional. Em Rio Branco, destacaram-se qualidades pessoais de Marcus Alexandre, como saber ouvir, conversar com as pessoas e andar de casa em casa — afirmou.

O senador disse que, “mesmo tendo sido vítima da maior campanha difamatória promovida contra um partido na história recente do país”, o PT conseguiu destaque. Portanto, concluiu, o julgamento do mensalão não influenciou a escolha dos eleitores.

— O PT passa a governar, em 2013, 29% a mais de eleitores que no último pleito, e administrará a maior parte dos orçamentos municipais, um total de R\$ 76,2 bilhões.

Para Alvaro, abstenção e voto nulo mostram desencanto do eleitor

Segundo Alvaro Dias, é possível perceber um “desencanto” da população nas eleições do domingo — foram elevados os índices de abstenção e de votos brancos e nulos. Para o senador, todos os partidos perderam, pois a população os ignorou.

Segundo Alvaro, o mensalão teve, sim, influência nas eleições. Ele observou, porém, que houve pouco debate sobre o assunto nas campanhas, por causa de alianças que uniram governistas e oposicionistas.

— Seria triste constatar que não existe mais indignação.

Ele criticou o fato de governadores colocarem interesses pessoais acima dos partidários. Deu como exemplo o Paraná. Para ele, o governador Beto Richa (PSDB) fez escolhas que fortaleceram uma candidatura petista ao governo em 2014.

Ao abrir mão de lançar candidato próprio para buscar a reeleição do prefeito de Curitiba, Luciano Ducci (PSB), preferido do governador, o PSDB costurou uma coligação de 15 partidos. Ducci não foi para o segundo turno.

Aloysio: Lula e Dilma não conseguiram evitar derrotas do PT

Aloysio Nunes Ferreira classificou de “dolorosa” a derrota do correligionário José Serra na disputa pela Prefeitura de São Paulo — o vitorioso foi o petista Fernando Haddad.

No entanto, o senador disse que em três “centros dinâmicos” do Nordeste hoje governados por petistas — Salvador, Fortaleza e Maceió —, o PT foi derrotado, apesar da “intervenção brutal” do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da presidente Dilma Rousseff.

Para o senador, o crescimento do PSB nas urnas mostra que os partidos aliados têm se mostrado incomodados com a “visão hegemônica” do PT:

— Uma marca profundamente negativa e preocupante para o PT, que é responsável por essa convivência difícil com seus aliados, é o espírito de facção, que é o excesso de patriotismo partidário, é a ideia de que o partido está acima de tudo, de que o interesse do partido, o interesse do Estado e o do governo são a mesma coisa. E que, no fundo, os fins justificam os meios.

Mozarildo lembra Dia do Servidor

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) fez um discurso sobre o Dia do Servidor Público, celebrado no domingo.

— Quero cumprimentar os servidores públicos de todo o Brasil, especialmente os do Senado, uma Casa que tem servidores de alta qualificação e dedicação.

Mozarildo disse que é funcionário público de Roraima — primeiro como estatístico, em seguida como médico — desde quando o estado ainda era um território federal. Depois, acrescentou o senador, foi eleito

deputado federal, aposentou-se como médico do serviço público e passou no concurso para a Universidade Federal de Roraima, onde leciona Anatomia. Está no segundo mandato de senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Ele afirmou que os servidores de Roraima são tratados de maneira displicente pelo governo estadual.

— São usados como massa de manobra para questão eleitoral do governador, que assumiu em 2007, pressionando, coagindo, ameaçando. Têm comido o pão que o diabo amassou.

Cristovam questiona contrato do DF

Cristovam Buarque (PDT-DF) criticou o contrato assinado entre o Distrito Federal (por meio da Terracap) e uma empresa de Cingapura para planejar o desenvolvimento econômico e estratégico de Brasília para os próximos 50 anos. O senador considerou uma “coisa esdrúxula” que a proposta tenha sido recebida e aprovada em 13 dias, numa tramitação acelerada e com documentos em inglês — a tradução juramentada só surgiu após a assinatura do contrato.

— É prova de um subdesenvolvimento

vergonhoso. E o que está por trás? Alguma coisa está — disse.

Para Cristovam, o contrato pode indicar duas coisas: ou é um factóide, “para se dizer que o governo está fazendo algo”, ou então falta dinheiro para a conclusão do estádio para a Copa do Mundo, e a saída foi vender terrenos da Terracap para investir no estádio.



Waldemir Barreto/Agência Senado

— Vai-se jogar num estádio todo o dinheiro da venda de caros terrenos, num momento ruim para se vender, pois há depressão do mercado.

Servidores atravessam novos tempos

Domingo o Brasil comemorou seu primeiro Dia do Servidor após o fim da aposentadoria integral e divulgação nominal dos salários. Outras mudanças estão a caminho

Marcio Maturana

NOVIDADES E EXPECTATIVAS marcaram este ano o Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro. Entre as novidades, estão o fim da aposentadoria integral e a divulgação nominal dos salários. As principais expectativas são a regulamentação do direito de greve e as cotas raciais em concursos. Há ainda projetos antigos, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 36/07, de Paulo Paim (PT-RS), proibindo vencimento menor que um salário mínimo.

— O Estado só se materializa no trabalho do servidor. Não cabe, na atual fase de desenvolvimento do Brasil, ganhando liderança continental e mundial, ter avareza com os servidores. É preciso pagar pelo menos o salário de mercado, senão a pessoa aprende no serviço público e vai trabalhar na iniciativa privada — disse o presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil, João Domingos.

Os debates sobre serviço público vão além da remuneração, como atesta Ana Amélia (PP-RS), que integra a Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública, lançada em junho deste ano.

— Só no Senado, temos 466 projetos sobre gestão pública.

Um dos objetivos da frente é discutir assuntos que se tornam projetos de lei sem diálogo prévio. A senadora cita como exemplo a proposta de cotas, que o governo planeja enviar ao Congresso ainda este mês, definindo reserva de 30% das vagas para negros.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), a proposta pode reduzir a qualidade do serviço público.

— Cotas são uma manifestação de preconceito, subestimam a inteligência dos negros. O servidor deve ter talento, competência e preparo, independentemente da cor da pele — afirmou Alvaro.

Paim, autor do Estatuto da Igualdade Racial, defende que cotas permitirão construir uma sociedade mais igualitária.

— Meu texto original para o Estatuto já previa cotas raciais de 20% em concursos. Acho muito bom que o governo retome esse tema agora, pois os negros estão claramente sub-representados no serviço público — disse o senador.

Paim é autor também de um dos projetos sobre direito de greve. O PLS 84/07 deve ser

votado ainda este ano através de substitutivo da relatora, Ana Amélia. O texto estabelece que pelo menos 30% devem trabalhar na greve e amplia os serviços considerados essenciais, em áreas como saúde e segurança. Já o PLS 710/11, de Aloysio Nunes (PSDB-SP), determina que de 50% a 80% trabalhem durante a greve.

Aposentadoria

O fim da aposentadoria integral deve valer para quem ingressar no serviço público federal a partir de fevereiro, segundo a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, ou para atuais servidores que desejarem aderir. Quem quiser receber mais que o teto do Regime Geral da Previdência (R\$ 3.916,20) deverá contribuir para um fundo complementar.

O valor a ser recebido dependerá de fatores como o desempenho financeiro do fundo. Executivo, Legislativo e Ministério Público terão um fundo conjunto, e o Judiciário terá seu próprio fundo.

Já a divulgação nominal dos salários, para cumprir a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/11), passou a ser feita em meio a uma guerra de liminares na Justiça, pois o movimento sindical sustenta que isso afronta a privacidade garantida pela Constituição e causa insegurança não só pessoal, mas até institucional.

— Um auditor fiscal, por exemplo, fica fragilizado diante de uma grande empresa porque seu contracheque está exposto. O governo deveria preservar o sigilo por interesse estratégico — disse João Domingos.

História: das indicações aos concursos

O Dia do Servidor foi instituído como 28 de outubro pelo então presidente Getúlio Vargas, em 1943, porque esta é a data do Decreto 1.713/39, um dos primeiros documentos do Brasil com normas sobre funcionários públicos. Os servidores passaram a existir formalmente em 1937, quando foi criado o Conselho Federal do Serviço Público. O termo “funcionário público” foi trocado para “servidor público” em 1990, com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis da União.

Direitos e deveres estão definidos também na Constituição e nos estatutos das entidades. Antes da Carta Magna de 1988, que estabeleceu o concurso público, muitos servidores ganhavam o emprego devido a critérios políticos, de amizade ou familiares. Na década de 1990, políticas de reestruturação resultaram em demissões e terceirização, e as consequências afetaram a qualidade dos serviços. A tendência começou a ser revertida em 2003, mas os vínculos de trabalho ainda crescem mais no setor privado (58,6% de 2003 a 2010) do que na administração pública (25,2%), segundo o Ipea.

Ano passado, houve mais de 10 milhões de inscrições para concursos, estima a Associação Nacional de Proteção e Apoio aos Concursos (Anpac). O que atrai é a estabilidade e a remuneração: o salário médio é 41,1% maior que na iniciativa privada (R\$ 2.458 contra R\$ 1.742), segundo o IBGE.

Índice de empregos abaixo da média

Considerando União, estados e municípios, o Brasil tem hoje mais de 10 milhões de servidores nos Três Poderes, em bancos públicos, estatais, fundações e autarquias da administração pública direta e indireta. Esse total significa 10,1% dos trabalhadores formais e informais, um percentual muito abaixo da média mundial de 22%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Na Dinamarca, os servidores públicos são 39,2% dos trabalhadores. Até nos Estados Unidos, considerados a meca da livre iniciativa

capitalista, o percentual é maior que o brasileiro: 15%.

As despesas do Brasil com esse quadro representam 12% do produto interno bruto (PIB), de acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A média mundial é semelhante (11%), mas no Brasil pelo menos um terço é gasto com aposentados que não são cobertos com contribuição corrente. Em outros países, eles não constam da folha de pagamento.

Nos últimos anos, o Brasil tem demonstrado um fortalecimento do serviço público.

Segundo o Ipea, entre 1995 e 2002 o crescimento médio anual era de 1,55%, mas de 2003 a 2007 passou para 3,63%, graças a concursos.

No mesmo período, verificou-se aumento de estatutários em relação a contratados pela CLT. O Ipea credita isso ao fortalecimento da democracia: “O aumento da demanda da sociedade por mais quantidade e qualidade dos serviços públicos tem impulsionado contratações para essas tarefas a partir de concursos públicos, tornando mais transparente o acesso a essas vagas”.

Previdência do servidor

	SISTEMA ATUAL	NOVO SISTEMA (obrigatório para novos servidores e opcional para antigos servidores*)
CONTRIBUIÇÃO	11% do salário bruto, sem limite máximo como acontece para os demais trabalhadores.	11% sobre o valor do teto do Regime Geral de Previdência. Um servidor que recebe R\$ 10 mil, por exemplo, teria hoje desconto de R\$ 430,78.
APOSENTADORIA	Integral, equivalente ao último pagamento.	R\$ 3.916,20, o teto atual.

Se optar pela previdência complementar, o servidor definirá o percentual de contribuição que quer pagar sobre a diferença entre seu salário e o teto da Previdência, enquanto a União contribuirá com parcela igual até o limite de 8,5% da remuneração.

Complemento calculado de acordo com o saldo da conta acumulada pelo participante e com o desempenho dos investimentos do fundo, que fará aplicações no mercado financeiro.

(*) A adesão poderá ser feita até fevereiro de 2015

Luiz Siqueira/Agência ODU



Saiba mais

Estatuto do Servidor Público Federal:
<http://bit.ly/estatutoServidor>

Decreto do Fundo de Previdência Complementar do Executivo (Decreto 7.808, de 20 de setembro de 2012):
<http://bit.ly/funpresp>

Ipea - Emprego Público no Brasil/ Comparação Internacional:
<http://bit.ly/empregoPublicoBrasil>

Lei de Acesso à Informação:
<http://bit.ly/leiAcessoInformacao>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal